

NOTAS EXPLICATIVAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Celulose Irani S.A. (“Companhia”) é uma companhia aberta domiciliada no Brasil, listada na Bolsa de Valores de São Paulo e com sede na Rua General João Manoel, nº157, cidade de Porto Alegre, RS. A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de papel, embalagem de papelão ondulado, industrialização de produtos resinosos e seus derivados, bem como o comércio de móveis com predominância de madeira. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas.

As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa nº4.

Sua controladora é a Irani Participações S.A., sociedade anônima brasileira de capital fechado.

A emissão dessas informações contábeis intermediárias da Companhia e de suas controladas foi autorizada pela diretoria de administração, finanças e de relações com investidores em 25 de julho de 2011.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações contábeis intermediárias individuais, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2011 foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 -Interim Financial Reporting, emitida pelo IASB, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As informações contábeis intermediárias individuais divergem das práticas do IFRS apresentadas nas informações trimestrais consolidadas quanto a avaliação de investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, onde seriam registrados a custo ou valor justo, em conformidade com o IFRS.

Novas normas, alterações e interpretações de normas:

- a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 30 de junho de 2011 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 30 de junho de 2011. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia:

Norma Melhorias nas IFRSs - 2010	Principais exigências Alteração de diversos pronunciamentos contábeis	Data de entrada em vigor Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Alterações à IFRS 1	Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010
Alterações à IAS 24	Divulgações de partes relacionadas	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Alterações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Alterações à IAS 32	Classificação dos direitos de emissão	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19	Extinção de passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010

- b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de julho de 2011 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

Norma IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Principais exigências Instrumentos financeiros	Data de entrada em vigor Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
Alterações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012

Norma

Principais exigências

Data de entrada em vigor

IAS 28 (Revisado 2011) “Investimentos em Coligadas Entidades com Controle Compartilhado”	Revisão do IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelos IFRSs 10, 11 e 12	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 27 (Revisado 2011), “Demonstrações Financeiras Separadas”	Requerimentos do IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pelo IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 10 “Demonstrações Financeiras Consolidadas”	Substituiu o IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. O IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação baseado em controle, independentemente da natureza do investimento.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 11 “Contratos Compartilhados”	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 12 “Divulgações de Participações em Outras Entidades”	Expande os requerimentos de divulgação das entidades que são ou não consolidadas na quais as entidades possuem influência.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 13 “Mensurações ao Valor Justo”	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo, orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento ou alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações ao IAS 19 “Benefícios aos Empregados”	Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e ao resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

Alterações ao IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Financeiras”	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
---	---	--

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis a partir de sua adoção. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (‘CPC’) ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários (‘CVM’) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board (‘IASB’), é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As informações trimestrais são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior há 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas segundo avaliação individualizada das contas a receber e considerando as perdas históricas, cujo montante é considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

d) Estoques

São demonstrados ao menor valor entre o custo médio de produção ou de aquisição, e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

e) Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

g) Imobilizado

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

h) Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia são representados principalmente por florestas de Pinus que são utilizados para produção de papéis para embalagem, caixas e chapas de papelão ondulado e ainda para comercialização de madeira para terceiros e extração de goma resina. As florestas de Pinus estão localizadas próximas a fábrica de Celulose e Papel em Santa Catarina, e também no Rio Grande do Sul, onde são utilizadas para produção de goma resina e para comercialização de toras.

Os ativos biológicos são avaliados periodicamente a valor justo menos as despesas de venda, sendo a variação de cada período reconhecida no resultado como variação de valor justo dos ativos biológicos.

i) Avaliação do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de imobilizado para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável.

j) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

São provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, que é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A Companhia adota a taxa vigente de 34% para apuração de seus impostos.

Sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, reserva de reavaliação e dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

k) Empréstimos e financiamentos, debêntures, cédula de crédito imobiliário – CCI e certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva

e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

l) Instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo na data do balanço em contrapartida de receitas ou despesas financeiras no resultado do período.

m) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional e registrados no resultado do período. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na nota explicativa nº 14.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais.

Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

n) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

o) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das informações contábeis intermediárias foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos.

A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das informações trimestrais, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As informações contábeis intermediárias incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a, seleção de vida útil dos bens do imobilizado, a realização dos

créditos tributários diferidos, provisões para créditos de liquidação duvidosa, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas informações trimestrais.

p) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e inclui rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e de longo prazo, bem como, quando aplicável, inclui os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

q) Reconhecimento das receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

r) Lucro por ação básico e diluído

Calculado com base na média ponderada das ações em circulação durante o exercício.

s) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das informações trimestrais apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das informações contábeis intermediárias.

4. CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações trimestrais consolidadas abrangem a Celulose Irani S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social - (%)		
Empresas controladas - participação direta	30.06.11	31.12.10
Habitasul Florestal S.A.	100,00	100,00
Irani Trading S.A.	99,98	99,98
Meu Móvel de Madeira LTDA.	99,93	99,93
HGE - Geração de Energia Sustentável	99,98	99,98
Iraflor - Comercio de Madeiras LTDA	99,99	-

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela controladora. Nas informações contábeis intermediárias consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data base da controladora.

As operações de cada uma das controladas estão relacionadas na nota explicativa nº 13.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa são representados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10
Fundo fixo	15	17	21	21
Bancos	1.228	2.195	1.825	2.445
Aplicações financeiras	60.548	36.979	61.508	37.896
	<u>61.791</u>	<u>39.191</u>	<u>63.354</u>	<u>40.362</u>

As aplicações financeiras são remuneradas com renda fixa – CDB, a taxa média de 101,7% do CDI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10
Contas a receber de:				
Clientes - mercado interno	83.131	77.572	87.770	82.357
Clientes - mercado externo	4.779	2.895	4.830	2.949
Controladas	1.907	2.132	-	-
	<u>89.816</u>	<u>82.599</u>	<u>92.600</u>	<u>85.306</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.754)	(5.696)	(6.464)	(6.406)
	<u>84.062</u>	<u>76.903</u>	<u>86.136</u>	<u>78.900</u>

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10
À vencer	81.805	73.687	83.346	75.644
Vencidos até 30 dias	2.147	2.113	2.578	2.203
Vencidos de 31 a 60 dias	403	524	412	563
Vencidos de 61 a 90 dias	120	288	171	288
Vencidos de 91 a 180 dias	53	48	121	48
Vencidos há mais de 180 dias	5.287	5.939	5.971	6.560
	<u>89.816</u>	<u>82.599</u>	<u>92.600</u>	<u>85.306</u>

O prazo médio de crédito na venda de produtos é de 48 dias. A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para as contas a receber vencidas há mais de 180 dias com base em análise da situação financeira de cada devedor e ainda baseada em experiências passadas de inadimplência. Também são constituídas provisões para crédito de liquidação duvidosa para contas a receber vencidas há menos de 180 dias, nos casos em que os valores são considerados irrecuperáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10
Saldo no início do exercício	(5.696)	(5.326)	(6.406)	(6.042)
Provisões para perdas reconhecidas	(63)	(571)	(63)	(571)
Valores recuperados no exercício	5	201	5	207
Saldo no final do exercício	<u>(5.754)</u>	<u>(5.696)</u>	<u>(6.464)</u>	<u>(6.406)</u>

Parte dos recebíveis no valor de R\$ 54.945, estão cedidos como garantia de algumas operações financeiras, dentre elas Cessão fiduciária de 25% do valor do saldo devedor principal das debêntures (nota explicativa 17), e também Cessão fiduciária de 3 parcelas de aluguel da operação CCI (nota explicativa 16).

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10
Produtos acabados	5.872	6.237	7.697	7.975
Materiais de produção	19.710	20.370	19.710	20.370
Materiais de consumo	11.078	10.340	11.114	10.340
Outros estoques	1.443	280	1.443	322
	<u>38.103</u>	<u>37.227</u>	<u>39.964</u>	<u>39.007</u>

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10
ICMS sobre aquisição de imobilizado	4.636	5.286	4.645	5.298
ICMS	527	888	542	888
IPI	5.246	4.147	5.246	4.147
Imposto de renda	-	548	-	550
Contribuição social	-	152	-	153
Outros	15	15	15	15
	<u>10.424</u>	<u>11.036</u>	<u>10.448</u>	<u>11.051</u>
Parcela do circulante	8.204	8.635	8.228	8.650
Parcela do não circulante	2.220	2.401	2.220	2.401

Os créditos de ICMS sobre aquisição de imobilizado são gerados em relação às compras de bens para o ativo da Companhia e são utilizados em 48 parcelas mensais e consecutivas conforme previsto em legislação que trata do assunto.

Os créditos de IPI são gerados em relação às aquisições de insumos utilizados no processo produtivo e são utilizados para compensar débitos gerados pelas operações de venda de cada unidade produtiva.

9. BANCOS CONTA VINCULADA

	Controladora e Consolidado	
	30.06.11	31.12.10
Banco do Brasil - Nova York - a)	2.963	5.975
Banco Credit Suisse - Brasil - b)	4.582	4.509
Banco Itaú BBA S.A - c)	16.036	-
Banco Rabobank International Brasil S.A - d)	8.018	-
	<u>31.599</u>	<u>10.484</u>
Parcela do circulante	28.126	6.419
Parcela do não circulante	3.473	4.065

- a) Banco do Brasil – Nova York - representado por valores retidos para garantir as amortizações das parcelas trimestrais do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao banco Credit Suisse, referente à parcela com vencimento em agosto de 2011.
- b) Banco Credit Suisse Brasil – representado por valores retidos em aplicações financeiras equivalente a 17,2% do valor em reais, para garantir Swap de Fluxo de Caixa. Este valor está classificado no curto e no longo prazo em relação às parcelas de resgate previstas no contrato que ocorrerão em 8 parcelas semestrais a partir de setembro de 2011. Enquanto retido o valor é remunerado como aplicação financeira de renda fixa privada – CDB, equivalente a 108% do CDI.
- c) Banco Itaú BBA – representado por valores retidos através de cessão fiduciária em favor do credor, até a formalização definitiva e eficaz de garantias oferecidas em operação de crédito CDCA – Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio, realizada pela Companhia, a qual será finalizada em prazo estimado de até 90 dias. Enquanto retido o valor é remunerado como aplicação financeira de renda fixa privada – CDB, equivalente a 101% do CDI.
- d) Banco Rabobank International Brasil – representado por valores retidos através cessão fiduciária em favor do credor, até a formalização definitiva e eficaz de garantias oferecidas em operação de crédito CDCA – Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio, realizada pela Companhia, a qual será finalizada em prazo estimado de até 90 dias. Enquanto retido o valor é remunerado como aplicação financeira de renda fixa privada – CDB, equivalente a 100% do CDI.

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10
Créditos de carbono	6.551	5.789	6.551	5.789
Adiantamento a fornecedor	315	347	323	357
Créditos de funcionários	637	833	672	835
Renegociação de clientes	4.667	3.625	4.698	3.656
Despesas antecipadas	927	2.296	927	2.298
Outros créditos	339	520	389	628
	<u>13.436</u>	<u>13.410</u>	<u>13.561</u>	<u>13.563</u>
Parcela do circulante	8.590	8.319	8.688	8.445
Parcela do não circulante	4.846	5.091	4.873	5.118

Créditos de carbono – a Companhia possui projetos geradores de créditos de carbono originados pela diminuição de gases de efeito estufa como dióxido de carbono e metano, proporcionados pela instalação da Usina de Co-geração e pela Estação de Tratamento de Efluentes na unidade Papel em Vargem Bonita, SC. Esses créditos são comercializados através de contratos firmados, no âmbito do protocolo de Kyoto, com empresas localizadas em países considerados desenvolvidos obrigados a redução de emissões. Os créditos são reconhecidos conforme regime de competência como redução dos custos do processo produtivo e são mensurados de acordo com a metodologia aprovada no protocolo de Kyoto para cada projeto.

Renegociação de clientes - se refere a créditos de clientes em atraso para os quais a Companhia realizou contratos de confissão de dívida acordando seu recebimento. O vencimento final das parcelas mensais será em novembro de 2014 e a taxa média de atualização é de 2% a.m., reconhecidas no resultado por ocasião de seu recebimento. Alguns contratos constam cláusula de garantias de máquinas, equipamentos e imóveis garantindo o valor da dívida renegociada.

Despesas antecipadas – se refere principalmente a prêmios de seguros pagos por contratação de apólices de seguros para todas as unidades da Companhia, e são reconhecidos no resultado do exercício mensalmente pelo prazo de vigência de cada uma das apólices.

11. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Por decisão do Conselho de Administração da Companhia, em outubro de 2010 foram encerradas as atividades de fabricação de móveis em Rio Negrinho, SC. Os ativos daquela unidade foram avaliados pela Administração e foram classificados como mantidos para venda pelo valor residual contábil na data do balanço, visto que as avaliações feitas apontaram valor de mercado, líquido de comissões e custos para comercialização, acima deste valor residual contábil. Os estoques estão classificados pelo seu valor contábil de aquisição, e a Administração avalia como recuperáveis pela sua venda no mercado.

Esta operação não apresentava passivos em 30 de junho de 2011.

	Controladora e Consolidado	
	30.06.11	31.12.10
Estoques	341	530
Imobilizado	6.232	6.560
Ativos de operação descontinuada	<u>6.573</u>	<u>7.090</u>

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS – ATIVO

	Controladora		Consolidado	
	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10
Imposto de renda diferido ativo				
Sobre provisões temporárias	10.363	9.203	10.374	9.206
Sobre prejuízo fiscal	827	1.272	827	1.272
Contribuição social diferida ativa				
Sobre provisões temporárias	3.731	3.316	3.734	3.316
Sobre base de cálculo negativa	298	458	298	458
	<u>15.219</u>	<u>14.249</u>	<u>15.233</u>	<u>14.252</u>

A Administração reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Com base em projeções orçamentárias aprovada pelo Conselho de Administração, a Administração estima que esses créditos sejam realizados conforme demonstrado abaixo:

Período	Valor R\$
2011	2.517
2012	2.471
2013	1.768
2014	2.073
2015 e acima	6.405
	<u>15.233</u>

13. INVESTIMENTOS

	Habitasul Florestal	Irani Trading	Meu Móvel de Madeira	HGE Geração de Energia	IRAFLOR Comercio de Madeiras	Total
Em 31 de dezembro de 2010	<u>119.959</u>	<u>85.051</u>	<u>1.510</u>	<u>3.529</u>	<u>-</u>	<u>210.049</u>
Resultado da equivalência patrimonial	4.613	6.068	(38)	-	-	10.643
Dividendos propostos	(24.053)	(8.315)	-	-	-	(32.368)
Em 30 de junho de 2011	<u>100.519</u>	<u>82.804</u>	<u>1.472</u>	<u>3.529</u>	<u>24.697</u>	<u>213.021</u>
Capital social integralizado	28.260	41.226	4.300	4.010	24.700	
Patrimônio líquido	96.912	82.834	1.469	3.530	24.700	
Resultado do período	4.613	6.086	(38)	-	-	
Participação no capital em %	100,00	99,98	99,93	99,98	99,99	

A controlada Habitasul Florestal S.A. realiza operações de plantio, corte e manejo de florestas de pinus e extração de resinas.

A controlada Irani Trading S.A. realiza operações de intermediação de exportações e importações de bens, exportação de bens adquiridos para tal fim e na administração e locação de imóveis.

A controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda realiza operações de compra e venda de madeira.

A controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda realiza operações de venda a varejo de móveis e decorações e serviços de montagem de móveis.

A controlada HGE Geração de Energia Sustentável foi adquirida em 2009 e tem por objeto a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de origem eólica para fins de comércio em caráter permanente, como produtor independente de energia. Esta empresa continua em fase pré-operacional e avalia os projetos para implementá-los.

14. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	30.06.11			31.12.10
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Controladora				
Terrenos	123.901	-	123.901	123.894
Prédios e construções	35.207	(6.779)	28.428	28.136
Equipamentos e instalações	508.740	(175.860)	332.880	344.035
Veículos e tratores	1.762	(1.215)	547	513
Outras imobilizações*	12.494	(7.778)	4.716	4.757
Imobilizações em andamento	15.687	-	15.687	5.216
Adiantamento fornec. de imobilizado	6.940	-	6.940	6.740
Bens contratados em leasing financeiro	26.990	(10.276)	16.714	17.745
Imobilizações em imóveis de terceiros	16.061	(1.713)	14.348	14.669
	<u>747.782</u>	<u>(203.621)</u>	<u>544.161</u>	<u>545.705</u>

	30.06.11			31.12.10
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Consolidado				
Terrenos	170.605	-	170.605	169.014
Prédios e construções	146.877	(28.926)	117.951	118.624
Equipamentos e instalações	508.835	(175.903)	332.932	344.115
Veículos e tratores	1.762	(1.215)	547	603
Outras imobilizações*	15.314	(7.970)	7.344	5.076
Imobilizações em andamento	16.082	-	16.082	7.736
Adiantamento fornec. de imobilizado	6.940	-	6.940	6.741
Bens contratados em leasing financeiro	26.990	(10.276)	16.714	17.745
Imobilizações em imóveis de terceiros	16.061	(1.713)	14.348	14.669
	<u>909.466</u>	<u>(226.003)</u>	<u>683.463</u>	<u>684.323</u>

(*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, softwares e equipamentos de informática.

Síntese da movimentação do imobilizado:

	Controladora			Consolidado		
	30.06.11	30.06.10	31.12.10	30.06.11	30.06.10	31.12.10
Saldo inicial em 01.01.11	545.705	570.282	570.282	684.323	709.409	709.409
Adições	17.686	6.635	19.926	19.547	8.448	20.882
Baixas	(1.126)	(1.401)	(12.085)	(1.370)	(2.128)	(12.587)
Depreciação	(18.104)	(16.105)	(32.418)	(19.037)	(17.029)	(33.381)
Saldo final do trimestre	<u>544.161</u>	<u>559.411</u>	<u>545.705</u>	<u>683.463</u>	<u>698.700</u>	<u>684.323</u>

b) Método de depreciação

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação definidas com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa utilizada está apresentada pela média ponderada.

	Taxa %
Prédios e construções *	2,25
Equipamentos e instalações **	6,45
Móveis , utensílios e equipamentos de informática	5,71
Veículos e tratores	20

* incluem taxas ponderadas de imobilizações em imóveis de terceiros

** incluem taxas ponderadas de leasing financeiros

c) Outras informações

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhoria e manutenção do processo produtivo das Unidades Papel e Embalagem em Vargem Bonita – SC e da Unidade Embalagem em Indaiatuba – SP.

O adiantamento a fornecedores refere-se aos investimentos na Unidade Papel e Embalagem de Vargem Bonita – SC.

A Companhia tem responsabilidade por contratos de arrendamento mercantil de máquinas, equipamentos de informática e veículos, com cláusulas de opção de compra, negociados com taxa pré-fixada e 1% de valor residual garantido pago ao final ou diluído durante a vigência do contrato, e que tem como garantia a alienação fiduciária dos próprios bens. Em 30 de junho de 2011, os compromissos assumidos estão registrados como Empréstimos e Financiamentos no passivo circulante e não circulante.

As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na Unidade de Embalagem em Indaiatuba-SP que é depreciada pelo método linear a taxa de 4% (quatro por cento) ao ano. O imóvel é de propriedade das empresas MCFD – Administração de Imóveis Ltda e PFC – Administração de Imóveis Ltda, sendo que o ônus da reforma foi todo absorvido pela Celulose Irani S.A.

d) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realizações de seus ativos em 30 de junho de 2011.

e) Ativos cedidos em garantia

A Companhia possui certos ativos imobilizados em garantia de operações financeiras, conforme descrito nas notas explicativas 16 e 17.

15. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de pinus e eucalipto para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel e vendas de toras de madeira para terceiros.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	30.06.11	30.06.10	31.12.10	30.06.11	30.06.10	31.12.10
Custo de formação dos Ativos biológicos	35.540	39.703	40.789	63.357	43.157	44.003
Diferencial do valor justo	94.529	124.615	120.662	167.937	179.867	194.212
Ativo biológico a valor justo	<u>130.069</u>	<u>164.318</u>	<u>161.451</u>	<u>231.294</u>	<u>223.024</u>	<u>238.215</u>

- a) Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde a projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;
- (ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (Capital Asset Pricing Model – CAPM). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno obtido por investidores no mercado para este tipo de investimento.
- (iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotado sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas, e suprir o abastecimento exigido pela indústria.
- (iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados em cada período de análise, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos. São praticados preços em R\$/metro cúbico, considerados custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- (v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia,
- (vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no período, comparado com a expectativa de produção de cada floresta;

- (vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos periodicamente, considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas informações trimestrais.

Neste trimestre, a Companhia revisou o valor justo dos ativos biológicos, tendo os efeitos reconhecidos no resultado do período.

b) Reconciliação das variações de valor justo

As movimentações do período são demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial 01.01.2010	143.881	199.743
Plantio	1.533	1.653
Exaustão	(3.566)	(7.374)
Variação ativo biológico	22.470	29.002
Saldo em 30.06.10	164.318	223.024
Plantio	2.204	2.317
Exaustão	(3.938)	(8.862)
Variação ativo biológico	(1.133)	21.736
Saldo em 31.12.10	161.451	238.215
Plantio	2.023	2.151
Exaustão	(3.814)	(7.848)
Transferência para capitalização em controlada	(24.644)	-
Variação ativo biológico	(4.947)	(1.224)
Saldo em 30.06.11	130.069	231.294

A exaustão dos ativos biológicos do período foi apropriada ao custo de produção.

Em 03 de junho de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a integralização de capital da Iraflor Comércio de Madeiras Ltda através da transferência de ativos florestais de propriedade da Companhia. Esta operação teve por objetivo final proporcionar uma melhor gestão dos ativos florestais e a captação de recursos através de CDCA, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

16. CAPTAÇÕES

	Controladora		Consolidado		
	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10	
Circulante					
Moeda nacional					
FINAME	10.607	10.252	10.607	10.252	a)
Capital de giro	51.229	63.308	51.686	63.308	b)
Capital de Giro - CDCA	14.221	-	14.221	-	c)
Leasing financeiro	518	602	518	602	d)
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	-	-	13.258	13.258	e)
Total moeda nacional	76.575	74.162	90.290	87.420	
Moeda estrangeira					
Leasing financeiro	2.060	2.199	2.060	2.199	f)
Adiantamento contrato de câmbio	-	322	-	322	
Banco Votorantim	-	1.186	-	1.186	
DF Deutsche Forfait s.r.o.	181	347	181	347	g)
Toronto Dominion Bank	292	310	292	310	h)
Banco Credit Suisse	15.663	16.824	15.663	16.824	i)
Banco C.I.T.	878	863	878	863	j)
Banco Santander (Brasil)	1.487	1.400	1.487	1.400	k)
Banco Santander	1.873	1.840	1.873	1.840	l)
Banco Santander PPE	-	2.201	-	2.201	
Total moeda estrangeira	22.434	27.492	22.434	27.492	
Total do circulante	99.009	101.654	112.724	114.912	
Não Circulante					
Moeda nacional					
FINAME	10.650	15.066	10.650	15.066	a)
Capital de giro	1.443	5.174	1.443	5.174	b)
Capital de Giro - CDCA	72.875	-	72.875	-	c)
Leasing financeiro	796	694	796	694	d)
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	-	-	15.468	22.097	e)
Total moeda nacional	85.764	20.934	101.232	43.031	
Moeda estrangeira					
Leasing financeiro	2.011	3.601	2.011	3.601	f)
Toronto Dominion Bank	-	155	-	155	h)
Banco Credit Suisse	49.213	63.090	49.213	63.090	i)
Banco C.I.T.	439	863	439	863	j)
Banco Santander (Brasil)	1.487	2.800	1.487	2.800	k)
Banco Santander	937	1.840	937	1.840	l)
Total moeda estrangeira	54.087	72.349	54.087	72.349	
Total do não circulante	139.851	93.283	155.319	115.380	
Total	238.860	194.937	268.043	230.292	

Vencimentos no longo prazo:	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10
2012	12.137	22.441	18.766	35.699
2013	35.424	20.509	44.263	29.348
2014	36.891	24.547	36.891	24.547
2015	29.251	22.600	29.251	22.600
Acima	26.147	3.186	26.147	3.186
	<u>139.851</u>	<u>93.283</u>	<u>155.319</u>	<u>115.380</u>

Empréstimos em moeda nacional:

- Finame - estão sujeitos a taxas de juros médias de 9,27% a.a., com vencimento final em 2019.
- Capital de Giro - estão sujeitos a taxas de juros médias de 9,91% a.a. com vencimento final no segundo semestre de 2012.
- Capital de Giro – CDCA

Em 20 de junho de 2011, a Companhia emitiu Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, no valor nominal de R\$ 90.000 em favor do Banco Itaú BBA S.A e do Banco Rabobank International Brasil S.A.

O CDCA tem a ele vinculado os direitos creditórios oriundos de Cédulas de Produtor Rural Física (“CPR”), emitida pela controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda que tem como credora a Celulose Irani S.A., nos termos da Lei nº 8.929 de 22 de agosto de 1994.

Esta operação será liquidada em 6 parcelas anuais, atualizável pelo IPCA, acrescido de 10,22% a.a.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação que em 30 de junho de 2011 é de R\$ 3.250 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 16%. É apresentado abaixo o montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2011	422
2012	798
2013	697
2014	579
2015 e acima	<u>754</u>
	<u>3.250</u>

- Leasing Financeiro – estão sujeitos a taxas de juros médias de 17,28% a.a. com vencimento final em 2014.
- Cédula de Crédito Imobiliário – CCI

Em 03 de agosto de 2010 a controlada Irani Trading S.A. emitiu Instrumento Particular de Cédula de Créditos Imobiliários – CCI, lastreada em contrato de locação celebrado em 20 de outubro de 2009, entre a Irani Trading S.A. e Celulose Irani S.A..

A Irani Trading S.A. cedeu a CCI para a Brazilian Securities Companhia de Securitização. Em decorrência desta cessão, a Securitizadora emitiu em regime fiduciário Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs e pagou em 06 de agosto de 2010 para a Irani Trading S.A. o preço da cessão da CCI, no montante de R\$ 40.833, que equivale ao valor presente líquido de 37 parcelas futuras de aluguel à taxa de 14,70% a.a.

Essa operação está sendo liquidada em 37 parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 1.364 cada, com início em 25 de agosto de 2010 e término em 25 de agosto de 2013, devidas pela locatária Celulose Irani S.A. à cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação.

Empréstimos em moeda estrangeira:

Os empréstimos em moeda estrangeira em 30 de junho de 2011 estão atualizados pela variação cambial do dólar ou do euro, e sobre os mesmos incidem juros médios de 5,57% a.a. nas operações integralmente em dólares e de 17,65% a.a. para as operações com principal em dólar e juros em reais, incidentes sobre uma base fixa (não sujeita a variação cambial) e de 5,40% a.a. para operações em Euro (principal e juros em Euro).

- f) Leasing Financeiro atualizável pela variação cambial do dólar e pagável em parcelas trimestrais com vencimento no final de 2013.
- g) DF Deutsche Forfait s.r.o, atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas semestrais com vencimento final no segundo semestre de 2011.
- h) Toronto Dominion Bank, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final no primeiro semestre de 2012.
- i) Banco Credit Suisse, principal atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2015, refere-se à operação de pré-pagamento de exportação. O financiamento foi contratado conforme aprovação do Conselho de Administração está sendo destinado ao financiamento das exportações, ao alongamento da dívida e a implementação do plano de investimentos 2007/2008 da Companhia, com vencimento final em 2015. Contratualmente, os juros incidem sobre o montante principal e também é cobrado em moeda estrangeira. Em conjunto com este contrato de empréstimo, a Companhia contratou um *swap* em que recebe moeda estrangeira e paga juros calculados sobre um principal fixado em Reais. Por ser um contrato com a mesma contraparte e somente liquidável em conjunto com o contrato de empréstimos, a Companhia reconhece a parcela dos juros desta dívida e o respectivo contrato de swap como um instrumento financeiro sintético e portanto, tanto os juros da dívida como o respectivo swap estão mensurados pelo custo amortizado e apresentados pelo líquido no balanço patrimonial. Vide informações sobre contrato de swap descrito na nota explicativa nº 31.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação que em 30 de junho de 2011 é de R\$ 5.234 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 19%. É apresentado abaixo o montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2011	455
2012	964
2013	1.063
2014	1.283
2015	1.469
	<u>5.234</u>

- j) Banco C.I.T., atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2012.
- k) Banco Santander (Brasil), atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas anuais com vencimento final em 2013.
- l) Banco Santander, atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2012.

Garantias:

A Companhia mantém em garantia das operações aval dos controladores e/ou hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, ativos biológicos (florestas), e penhor mercantil com valor aproximado de R\$ 175.700. Outras operações mantêm garantias específicas conforme segue:

- i) Para Capital de Giro – CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio), a Companhia constituiu garantias reais em montante aproximado de R\$ 98.500 sendo:
 - Cessão Fiduciária em favor do Credor sobre direitos creditórios oriundos das CPRs – Cédulas de Produtor Rural a ele vinculado.
 - Hipoteca em favor dos Bancos, de alguns imóveis da Companhia.
 - Alienação fiduciária de florestas de Pínus e Eucalipto existentes sobre os imóveis objeto de hipoteca, de propriedade da Emitente e da Avalista.
 - Aval da controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda, emissora das CPRs – Cédulas de Produtor Rural a ele vinculado.
- ii) Para Cédula de Crédito Imobiliário – CCI, a Companhia constituiu garantias reais em favor da Securitizadora em montante aproximado de R\$ 35.800, sendo:
 - Hipoteca de alguns imóveis da Celulose Irani S.A.
 - Penhor Agrícola dos ativos florestais (pínus e eucaliptos) existentes nas áreas objeto de hipoteca.

- Cessão Fiduciária de Bens e Direitos representada por Caução de Duplicatas, em montante equivalente a 3(três) parcelas mensais devidas pela locatária Celulose Irani S.A. à Cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação.
- iii) Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Credit Suisse, foram oferecidos como garantia as ações que a Companhia detém da controlada Habitasul Florestal S.A., alguns terrenos com suas respectivas florestas da Celulose Irani S.A., máquina onduladeira marca B.H.S. da unidade Embalagem de Indaiatuba – SP, caldeira 11 marca HPB-Sermatec Mod. VS-500 da Unidade Papel e ações que a Irani Participações S.A. detém da Companhia. Essas garantias tem valor aproximado de R\$ 184.000.
- iv) Em garantia a operação do Banco Santander (Brasil) foram oferecidos os direitos da carteira sobre a negociação dos créditos de carbono, oriundos do projeto de Co-Geração de Energia negociados em contratos com vigência até o ano de 2012.

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Alguns contratos de financiamento junto a instituições financeiras possuem cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, conforme abaixo:

- i) Capital de Giro – CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio)
- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: (i) para o trimestre findo em 30 de junho de 2011, 3,25x; (ii) para os trimestres findos em 30 de setembro, 31 de dezembro de 2011, 31 de março de 2012, 3,00x; (iii) para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012, 2,75x; e (iv) a partir do trimestre findo em 30 de dezembro de 2012, 2,50x. Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15%, fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior ao limite pré-estabelecido relativo ao Trimestre Referência.
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a: (i) para os trimestres fiscais findos em 30 de junho de 2011, 30 de setembro de 2011, 31 de dezembro de 2011 e 31 de março de 2012, 2,00x; (ii) para os trimestres fiscais findos em 30 de junho de 2012, 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, 2,25x; e (iii) a partir do trimestre fiscal findo em 31 de março de 2013 (inclusive) até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, 2,50x.

- c) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a receita líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 17% em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima.

ii) Cédula de Crédito Imobiliário – CCI

Foram determinadas algumas cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação trimestral, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas neste período e estão apresentadas abaixo:

- a) A relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior a: (i) para o trimestre findo em 30 de junho de 2011, 3,25x; (ii) para os trimestres findos em 30 de setembro, 31 de dezembro de 2011, 31 de março de 2012, 3,00x; (iii) para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012, 2,75x; e (iv) a partir do trimestre findo em 30 de dezembro de 2012, 2,50x. Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15%, fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior ao limite pré estabelecido relativo ao Trimestre Referência.
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a: (i) para os trimestres fiscais findos em 30 de junho de 2011, 30 de setembro de 2011, 31 de dezembro de 2011 e 31 de março de 2012, 2,00x; (ii) para os trimestres fiscais findos em 30 de junho de 2012, 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, 2,25x; e (iii) a partir do trimestre fiscal findo em 31 de março de 2013 (inclusive) até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, 2,50x.
- c) A relação entre o EBITDA dos Últimos 12 meses e a receita líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 17% em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima.

iii) Banco Credit Suisse

- a) Relação dívida líquida sobre EBITDA de 3,25 vezes para os trimestres findos em 30 de

junho de 2011, (iii) 3,0 vezes para os trimestres findos em 30 de setembro, 31 de dezembro de 2011, 31 de março de 2012; 2,75 vezes para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012; e 2,50 vezes para os trimestres subsequentes até 2015.

- b) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida de no mínimo 2,50 vezes para os trimestres fiscais findos em 30 de junho de 2011 e subsequentes até 2015;
- c) Dívida líquida ao final de cada ano fiscal não poderá exceder US\$ 170 milhões. Exceto quando a dívida líquida em relação ao EBITDA for igual ou inferior a 2,5 vezes.
- d) Os gastos com investimentos não poderão ser superiores a 75% do valor da depreciação somada a exaustão e amortização. Exceto quando a dívida líquida em relação ao EBITDA for igual ou inferior a 2,5 vezes.

A Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais do Banco Credit Suisse, exceto os índices previstos nos itens b) e c) descritos acima, para os quais em 30 de junho de 2011, foi obtido “*waiver*” junto ao credor.

iv) Banco Santander (Brasil) (verificação realizada somente no final de cada exercício).

- a) Margem de EBITDA igual ou maior a 17%;
- b) Relação dívida líquida sobre EBITDA de 3 vezes;
- c) Alavancagem financeira máxima de 2 vezes o patrimônio líquido tangível conforme definido em contrato;

TJLP – Taxa de juros de longo prazo.

CDI – Certificado de depósito interbancário

EBITDA - o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações.

ROL – Receita operacional líquida

17. DEBÊNTURES

- a) A Companhia emitiu debêntures simples em 12 de abril de 2010, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$ 100.000. As debêntures vencerão em março de 2015 e serão amortizadas em oito parcelas semestrais a partir de setembro de 2011, atualizável pela variação do CDI acrescido de 5% a.a. Os juros são devidos em parcelas semestrais sem carência.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 3.264 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 16%. É apresentado abaixo o montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2011	437
2012	856
2013	852
2014	892
2015	226
	<u>3.264</u>

Garantias:

As Debêntures contam com garantias reais no valor aproximado de R\$ 164.500, conforme segue:

- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de Terras da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Irani e outras Avenças, o qual garantirá a dívida até o limite de R\$ 20 milhões.
- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de Terrenos e Edificações da Irani Trading em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Trading e outras Avenças, o qual garantirá a dívida até o limite de R\$ 40 milhões.
- Penhor Agrícola em favor do Agente Fiduciário de Ativos Florestais da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Penhor Agrícola e outras Avenças.
- Cessão fiduciária em favor do Agente Fiduciário de direitos creditórios de titularidade da Celulose Irani no valor de 25% do saldo devedor de principal das Debêntures;

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Foram determinadas algumas cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação trimestral, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas neste período e estão apresentadas abaixo:

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: (i) para o trimestre findo em 30 de junho de 2011, 3,25x; (ii) para os trimestres findos em 30 de setembro, 31 de dezembro de 2011, 31 de março de 2012, 3,00x; (iii) para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012, 2,75x; e (iv) a partir do trimestre findo em 30 de dezembro de 2012, 2,50x. Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15%, fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice

financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior ao limite pré estabelecido relativo ao Trimestre Referência.

- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a: (i) para os trimestres fiscais findos em 30 de junho de 2011, 30 de setembro de 2011, 31 de dezembro de 2011 e 31 de março de 2012, 2,00x; (ii) para os trimestres fiscais findos em 30 de junho de 2012, 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, 2,25x; e (iii) a partir do trimestre fiscal findo em 31 de março de 2013 (inclusive) até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, 2,50x.
- c) A relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Receita Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a 17% em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.
- b) A Companhia emitiu debêntures simples em 19 de agosto de 2010, não conversíveis em ações, cuja integralização foi feita pela controlada Irani Trading S.A., pelo valor de R\$ 40.000. As debêntures vencerão em parcela única em agosto de 2015 e são atualizadas pelo IPCA mais 6% a.a. Os juros serão pagos juntamente com a parcela única em agosto de 2015.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 1.902 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 9,62%. É apresentado abaixo o montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2011	-
2012	-
2013	232
2014	588
2015	1.082
	<u>1.902</u>

Esta emissão não contém garantias nem cláusulas financeiras restritivas.

O quadro a seguir mostra a exigibilidade por ano das operações de debêntures.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10
2011	12.911	12.788	12.911	12.788
2012	24.660	25.445	24.660	25.445
2013	24.898	25.617	24.898	25.617
2014	24.846	25.503	24.846	25.503
2015	55.480	53.076	11.903	11.559
	<u>142.795</u>	<u>142.429</u>	<u>99.218</u>	<u>100.912</u>
Parcela do circulante	25.411	12.788	25.411	12.788
Parcela do não circulante	117.384	129.641	73.808	88.124

18. FORNECEDORES

Correspondem aos débitos junto a fornecedores conforme a seguir:

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10
Interno				
Materiais	26.344	32.114	28.542	32.695
Ativo imobilizado	4.633	291	4.633	291
Prestador de serviços	2.547	2.100	2.665	2.160
Transportadores	4.155	4.267	4.173	4.287
Partes relacionadas	3.469	1.390	-	(462)
Externo				
Materiais	1.019	661	1.019	661
	<u>42.167</u>	<u>40.823</u>	<u>41.032</u>	<u>39.632</u>

19. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

A Companhia optou pelo REFIS, normatizado pela Lei 11.941/09 e MP 470/09, para parcelamento de seus tributos. Os parcelamentos são amortizados mensalmente e estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC.

A Companhia parcelou o ICMS ordinário do Estado de São Paulo e sobre o mesmo incidem juros de 2% ao mês, amortizado mensalmente.

Os valores estão apresentados conforme a seguir:

CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10
Parcelamento REFIS INSS	-	580	85	673
Parcelamento REFIS Receita Federal	418	1.409	445	1.420
Parcelamento ICMS	1.488	1.321	1.488	1.321
Parcelamento INSS Patronal	682	700	682	700
	<u>2.588</u>	<u>4.010</u>	<u>2.700</u>	<u>4.114</u>

NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10
Parcelamento REFIS INSS	-	-	156	609
Parcelamento REFIS Receita Federal	8.730	8.273	8.794	8.351
Parcelamento ICMS	3.208	3.509	3.208	3.509
Parcelamento INSS Patronal	1.932	2.154	1.932	2.154
	<u>13.870</u>	<u>13.936</u>	<u>14.090</u>	<u>14.623</u>

Vencimentos no longo prazo:	Controladora		Consolidado	
	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10
2012	2.410	2.014	2.500	2.104
2013	2.410	2.014	2.500	2.104
2014	1.997	2.014	2.037	2.104
2015	817	1.687	817	1.777
Acima	6.236	6.207	6.236	6.534
	<u>13.870</u>	<u>13.936</u>	<u>14.090</u>	<u>14.623</u>

INSS – Refere-se a parcelamento Previdenciário da Lei 10.684/03 e que a Companhia aderiu ao Refis em Novembro de 2009.

Receita Federal – Refere-se a parcelamento de Tributos Federais da Lei 10.684/03 e que a Companhia aderiu ao Refis em Novembro de 2009, e parcelamento de outros débitos de IPI no montante atualizado de R\$ 8.730 sendo R\$ 3.252 de principal e R\$ 5.478 de multas e de juros de mora. Este valor será pago em 180 parcelas e atualizado pela SELIC.

INSS Patronal – Refere-se a parcelamento Previdenciário dos meses de novembro, dezembro e décimo terceiro do ano de 2008.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - PASSIVO

A Companhia adotou para os exercícios de 2010 e de 2011 o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar.

Com base no valor justo dos ativos biológicos e no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados impostos diferidos passivos.

Os saldos dos impostos diferidos passivos em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são compostos conforme:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10
Imposto de renda diferido passivo				
Variação cambial a realizar pelo Regime de Caixa	8.612	8.364	9.531	8.757
Valor Justo dos ativos biológicos	28.215	30.165	29.683	31.635
Custo Atribuído do ativo imobilizado e revisão de vida útil	83.551	83.457	104.588	104.439
Reserva de Reavaliação	4.191	4.258	4.191	4.258
Contribuição social diferida passiva				
Variação cambial a realizar pelo Regime de Caixa	3.101	3.011	3.432	3.153
Valor Justo dos ativos biológicos	10.154	10.858	10.949	11.653
Custo Atribuído do ativo imobilizado e revisão de vida útil	30.079	30.047	37.652	37.599
Reserva de Reavaliação	1.509	1.533	1.509	1.533
	<u>169.412</u>	<u>171.693</u>	<u>201.535</u>	<u>203.027</u>

21. PARTES RELACIONADAS

Controladora	Contas a receber		Contas a pagar		Debêntures a pagar		Mútuo passivo	
	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10
Irani Trading S.A.	5.639	-	1.422	1.389	43.276	41.516	3.240	4.345
Habitasul Florestal S.A.	13.042	4.369	653	456	-	-	-	13.258
HGE - Geração de Energia	-	-	1.276	1.387	-	-	-	-
Meu Móvel de Madeira	1.907	2.132	-	-	-	-	-	-
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	54	-	-	-	-	-
Remuneração dos administradores	-	-	3.818	3.818	-	-	-	-
Total	20.588	6.501	7.223	7.050	43.276	41.516	3.240	17.602
Parcela circulante	(20.588)	(6.501)	(7.223)	(7.050)	-	-	-	-
Parcela não circulante	-	-	-	-	43.276	41.516	3.240	17.602

	Receitas		Despesas		Receitas		Despesas	
	Período de 3 meses findos em		Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.11	30.06.10	30.06.11	30.06.10	30.06.11	30.06.10	30.06.11	30.06.10
Irani Trading S.A.	-	-	4.307	8.556	-	-	8.555	12.870
Habitasul Florestal S.A.	-	-	946	674	-	-	1.797	999
Meu Móvel de Madeira	-	2.248	-	1.962	-	3.101	-	2.590
Irani Participações	-	-	120	120	-	-	240	240
Companhia Com.de Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	405
Fazenda São Clemente	-	-	-	810	-	-	-	810
Remuneração dos administradores	-	-	963	2.368	-	-	2.094	3.686
Total	-	2.248	6.336	14.490	-	3.101	12.686	21.600

Consolidado	Contas a pagar		Despesas		Despesas	
			Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.11	31.12.10	30.06.11	30.06.10	30.06.11	30.06.10
Irani Participações	-	-	120	240	240	360
Companhia Com.de Imóveis	-	149	-	-	447	405
Fazenda São Clemente	-	-	-	810	-	810
Remuneração dos administradores	3.818	3.818	1.066	2.530	2.281	3.929
Total	3.818	3.967	1.186	3.580	2.968	5.504
Parcela circulante	(3.818)	(3.967)	-	-	-	-

Os créditos e débitos junto às controladas Irani Trading S.A., Habitasul Florestal S.A. e Meu Móvel de Madeira LTDA., são decorrentes de operações comerciais entre as partes, sendo assim não há incidência de encargos nem vencimento final definido.

A Irani Trading S.A. é atualmente proprietária de Imóvel Industrial localizado em Vargem Bonita, SC, o qual está locado para a Celulose Irani S.A., nos termos do Contrato de Locação firmado entre as partes em 20 de Outubro de 2009, e aditado em 24 de março de 2010. O referido contrato tem prazo de 64 meses da emissão do termo de início da locação que se deu em 01 de janeiro de 2010. O valor locatício é de R\$ 1.364 mensais fixos.

A Companhia emitiu em 19 de agosto de 2010 debêntures simples, as quais foram adquiridas pela controlada Irani Trading S.A. e são atualizadas pelo IPCA mais 6% a.a. com vencimento descrito na nota 17.

Em 03 de junho de 2011 a Companhia transferiu para a Iraflor R\$ 24.644 em florestas para integralização de capital. Em 16 de junho de 2011, a controlada Iraflor emitiu Cédulas de Produtor Rural Física (CPR) com vencimento final em junho de 2018 e que representam os

direitos da Companhia de receber madeira neste período. Tendo os direitos creditórios oriundos dos CPRs, a Companhia emitiu em 20 de junho de 2011, Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, em favor do Banco Itaú BBA S.A e do Banco Rabobank International Brasil S.A.

O débito junto a HGE – Geração de Energia Sustentável é decorrente de valor a integralizar de capital social referente alteração contratual com aumento de capital a ser integralizado até final do ano de 2011.

O débito junto a Irani Participações é decorrente de prestação de serviços tomados pela Companhia.

Os débitos decorrentes da remuneração dos administradores referem-se aos honorários da diretoria e participação dos administradores.

As despesas com honorários da Administração, sem encargos sociais, totalizaram R\$ 1.066 em 30.06.2011 (R\$ 2.530 em 2010). A remuneração global dos administradores foi aprovada pela Assembléia Geral Ordinária de 29 de abril de 2011 no valor máximo de R\$ 5.500.

Foi destacada Participação dos Administradores referente ao resultado do exercício de 2010, no montante de R\$ 3.818 mil, equivalente a 10% do resultado líquido do exercício, conforme previsão estatutária da Companhia. Sua distribuição se dará aos administradores por deliberação específica do Conselho de Administração.

22. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para contingência é suficiente para cobrir perdas prováveis.

Abertura do saldo da provisão:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10
Provisão cíveis	7.567	7.669	7.567	7.669
Provisão trabalhistas	502	508	569	575
Provisão tributárias	37.773	31.685	37.773	31.684
	<u>45.842</u>	<u>39.862</u>	<u>45.909</u>	<u>39.928</u>

Movimentação do saldo da provisão

Controladora	31.12.10	Provisão	Baixas	30.06.11
Cível	7.669	-	(102)	7.567
Trabalhista	508	6	(12)	502
Tributária	31.685	6.088	-	37.773
	<u>39.862</u>	<u>6.094</u>	<u>(114)</u>	<u>45.842</u>
Consolidado	31.12.10	Provisão	Baixas	30.06.11
Cível	7.669	-	(102)	7.567
Trabalhista	574	7	(12)	569
Tributária	31.685	6.088	-	37.773
	<u>39.928</u>	<u>6.095</u>	<u>(114)</u>	<u>45.909</u>

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

- a) Os processos cíveis relacionam-se, dentre outras questões, a pedidos indenizatórios de rescisões contratuais de Representação Comercial em conjunto com uma ação falimentar de uma empresa onde a Companhia possui crédito habilitado. Em 30 de junho de 2011, havia R\$ 7.567 provisionado para fazer frente às eventuais condenações nesses processos. Esses processos têm depósitos judiciais de R\$ 7.295, classificados no Ativo não Circulante.
- b) Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de hora-extra, adicional de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. Com base em experiência passada e na assessoria de seus advogados, a Companhia provisionou R\$ 569 em 30 de junho de 2011, e acredita que seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas. Esses processos têm depósitos judiciais de R\$ 325, classificados no Ativo não Circulante.
- c) As provisões para processos tributários se referem a:
 - i) execução fiscal promovida pelo Estado de Santa Catarina tratando-se de discussão de suposta transferência de crédito irregular de ICMS no valor de R\$ 1.305.
 - ii) a Companhia realiza a compensação de tributos federais referente às suas operações com créditos de IPI sobre aquisição de aparas. O montante compensado entre os períodos de setembro de 2006 a junho de 2011 foi de R\$ 26.356. O saldo atualizado em 30 de junho de 2011 totaliza R\$ 36.468 sendo R\$ 2.182 de atualização relativa ao semestre findo nesta data.

Contingências

Para as contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 30 de junho de 2011, o montante das causas de naturezas trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias é composto como segue:

	Controladora e Consolidado	
	30.06.11	31.12.10
Contingências trabalhistas	8.154	8.154
Contingências cíveis	780	780
Contingências ambientais	876	876
Contingências tributárias	46.097	46.097
	<u>55.907</u>	<u>55.907</u>

Contingências trabalhistas:

As ações trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 8.154 e contemplam principalmente causas de indenização (periculosidade, insalubridade, horas extras, adicionais, danos materiais decorrentes de acidente de trabalho). Se encontram em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências cíveis:

As ações cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 780 e contempla principalmente ação cíveis de indenização, encontrando-se em fases processuais diversas.

Contingências ambientais:

Refere-se à ação ambiental do Ministério Público Federal e tem como valor máximo estimado de indenização R\$ 876 mil. Por considerar o referido assunto de difícil mensuração, a Administração da Companhia avalia a ação como possível perda, porém com boas chances de êxito, entendendo ainda que se condenada o valor seja menor do máximo estimado de indenização.

Contingências tributárias:

As ações tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 46.097 e contemplam os seguintes processos:

- Processo Administrativo 10925.000172/2003-66 com valor em 30 de setembro de 2010 de R\$ 7.099 referente à auto de infração de IPI originado por suposta irregularidade na compensação de crédito tributário. A Companhia é beneficiária de decisão administrativa definitiva pelo acórdão 203-03.459 de 16/09/97 que declarou a procedência do pedido de restituição. A Receita Federal do Brasil interpôs recurso administrativo que se encontra em pendência de julgamento.

- Execução Fiscal nº 2004.72.03.001555-8 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com valor em 30 de setembro de 2010 de R\$ 4.247 referente à Notificação Fiscal de Lançamento de Débito que versa sobre contribuição social incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção de empresas agroindustriais. O processo encontra-se suspenso por decisão judicial, aguardando julgamento da ação anulatória nº 2005.71.00.002527-8.
- Execução Fiscal nº 99.70.00325-9 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com valor em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 4.471 que trata de cobrança de crédito tributário por meio da NFLD nº 32.511.108-1, referente a contribuições previdenciárias supostamente devidas por empresas contratadas para a prestação do serviço de cessão de mão de obra, sendo a Companhia responsável solidária. O processo encontra-se aguardando julgamento de agravo regimental interposto pela PFN, diante de procedência dos embargos à execução opostos pela Companhia.
- Processos Administrativos nº. 11080.013972/2007-12 e nº. 11080.013973/2007-67 com valor em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 3.161 referente a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos de suposto crédito tributário indevido. A Companhia contesta os referidos autos administrativamente e considera boas as chances de êxito.
- Processos Administrativos referente notificações fiscais do Estado de Santa Catarina, oriundos de suposto crédito tributário indevido por creditamento de ICMS na aquisição de materiais utilizados no processo produtivo das unidades Industriais instaladas neste Estado, com valor em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 27.119. A Companhia apresentou defesas administrativas para as referidas notificações fiscais e considera boas as chances de êxito, especialmente na esfera judicial, para todos os créditos constituídos.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social, em 30 de junho de 2011, é de R\$ 63.381, composto por 8.104.500 ações sem valor nominal, sendo 7.463.987 ações ordinárias e 640.513 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, participam dos lucros com remuneração superior à razão de 10%, em relação às ações ordinárias, e têm prioridade de reembolso do capital, sem prêmio em caso de liquidação da Companhia. A Companhia poderá emitir ações preferenciais, sem valor nominal e sem direito a voto, até o limite de 2/3 do número das ações representativas do capital social, bem como aumentar as espécies ou classes existentes sem guardar proporção entre si.

b. Ações em tesouraria

Em reunião de 24 de novembro 2010, o Conselho de Administração autorizou a Companhia a adquirir ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, em conformidade com a Instrução CVM nº 10/80

e suas alterações. O plano de recompra tem por objetivo maximizar o valor das ações para os acionistas, e tem como prazo para realização da operação 365 dias, até 23 de novembro de 2011. Ficou desta forma autorizada aquisição de até 62.356 ações ordinárias e 18.646 ações preferenciais, ambas nominativas escriturais sem valor nominal.

A Companhia adquiriu em 2010, 9.100 ações ao valor total de R\$ 229, e até 30 de junho de 2011 mais 40.300 ações no valor total de R\$ 1.065 distribuídas da seguinte forma:

	Controladora	
	30.06.11	31.12.10
Ordinárias	868	199
Preferenciais	197	30
	<u>1.065</u>	<u>229</u>

7.900 ações ordinárias e 1.200 ações preferenciais em 2010

33.300 ações ordinárias e 7.000 ações preferenciais até 30.06.2011

O valor de negociação dessas ações na Bolsa de Valores de São Paulo era de R\$ 27,00 em 31.12.10 e de R\$ 26,00 em 30.06.11 para as ações ordinárias, e R\$ 26,00 em 31.12.10 e R\$ 28,69 em 30.06.11 para as ações preferenciais.

A Companhia mantém ainda em tesouraria 4.602 (quatro mil seiscentas e duas) ações ordinárias no montante de R\$ 47, adquiridas de ex-diretores que se desligaram em períodos anteriores, conforme determinava o plano de opção de ações então existente.

24. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui efeitos de ações potenciais como dívidas conversíveis em ações, desta forma o lucro diluído é igual ao lucro básico por ação.

	Período de 3 meses findo em 30.06.11		
	Ações ON	Ações PN	Ações ON e PN
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Média ponderada da quantidade de ações	7.417.185	632.313	8.049.498
Lucro líquido do exercício atribuível a cada espécie de ações (*)	2.746	257	3.003
Lucro por ação básico e diluído - R\$	0,3702	0,4072	

	Período de 3 meses findo em 30.06.10		
	Ações ON	Ações PN	Ações ON e PN
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Média ponderada da quantidade de ações	7.458.385	640.513	8.098.898
Lucro líquido do exercício atribuível a cada espécie de ações (*)	4.891	462	5.353
Lucro por ação básico e diluído - R\$	0,6558	0,7214	

(*) As ações preferencias tem direito a dividendos 10% superiores as ações ordinárias.

	Período de 6 meses findo em 30.06.11		
	Ações ON	Ações PN	Ações ON e PN
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Média ponderada da quantidade de ações	7.428.002	634.413	8.062.415
Lucro líquido do exercício atribuível a cada espécie de ações (*)	6.434	604	7.038
Lucro por ação básico e diluído - R\$	0,8661	0,9527	

	Período de 6 meses findo em 30.06.10		
	Ações ON	Ações PN	Ações ON e PN
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Média ponderada da quantidade de ações	7.458.385	640.513	8.098.898
Lucro líquido do exercício atribuível a cada espécie de ações (*)	12.395	1.171	13.566
Lucro por ação básico e diluído - R\$	1,6619	1,8281	

(*) As ações preferencias tem direito a dividendos 10% superiores as ações ordinárias.

25. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora		Controladora	
	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.11	30.06.10	30.06.11	30.06.10
Receita bruta de vendas de produtos	143.635	131.064	283.212	247.594
Impostos sobre as vendas	(31.597)	(29.102)	(61.674)	(54.256)
Devoluções de vendas	(971)	(554)	(1.658)	(1.104)
Receita líquida de vendas	<u>111.067</u>	<u>101.408</u>	<u>219.880</u>	<u>192.234</u>

	Consolidado		Consolidado	
	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.11	30.06.10	30.06.11	30.06.10
Receita bruta de vendas de produtos	151.966	136.704	299.397	258.004
Impostos sobre as vendas	(32.606)	(29.407)	(63.640)	(54.991)
Devoluções de vendas	(1.044)	(505)	(1.836)	(1.079)
Receita líquida de vendas	<u>118.316</u>	<u>106.792</u>	<u>233.921</u>	<u>201.934</u>

26. DESPESAS POR NATUREZA

A composição das despesas por natureza está apresentada conforme segue:

	Controladora		Controladora	
	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.11	30.06.10	30.06.11	30.06.10
Custos variáveis (matérias primas e materias de consumo)	(63.904)	(57.831)	(122.138)	(111.127)
Gastos com pessoal	(17.872)	(18.329)	(37.882)	(32.143)
Varição valor justo ativos biológicos	(4.947)	11.267	(4.947)	22.470
Depreciação, amortização e exaustão	(10.689)	(8.914)	(19.001)	(16.765)
Fretes de vendas	(4.058)	(3.961)	(8.152)	(7.865)
Contratação de serviços	(3.478)	(2.851)	(6.958)	(5.636)
Despesas de vendas	<u>(5.891)</u>	<u>(5.108)</u>	<u>(11.611)</u>	<u>(10.154)</u>
	(110.839)	(85.726)	(210.689)	(161.220)
<u>Outras despesas líquidas</u>				
Custo da venda de ativos	(63)	(527)	(229)	(1.373)
Venda de ativo permanente	27	497	497	843
Outras receitas/despesas	190	349	321	488
	<u>154</u>	<u>320</u>	<u>589</u>	<u>(42)</u>
Despesa operacional	<u>(110.685)</u>	<u>(85.406)</u>	<u>(210.100)</u>	<u>(161.262)</u>

	Consolidado		Consolidado	
	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.11	30.06.10	30.06.11	30.06.10
Custos variáveis (matérias primas e materias de consumo)	(63.719)	(53.875)	(121.635)	(105.437)
Gastos com pessoal	(18.824)	(21.083)	(39.585)	(35.113)
Varição valor justo ativos biológicos	(1.224)	14.457	(1.224)	29.002
Depreciação, amortização e exaustão	(13.258)	(11.719)	(23.978)	(21.901)
Fretes de vendas	(4.315)	(4.092)	(8.651)	(8.147)
Contratação de serviços	(3.616)	(3.074)	(7.236)	(5.917)
Despesas de vendas	(5.902)	(5.025)	(11.631)	(9.928)
Outros gastos	-	-	-	(5)
	<u>(110.858)</u>	<u>(84.412)</u>	<u>(213.940)</u>	<u>(157.446)</u>
<u>Outras despesas líquidas</u>				
Custo da venda de ativos	(63)	(539)	(316)	(1.257)
Venda de ativo permanente	29	351	616	702
Outras receitas/despesas	233	533	336	830
	<u>199</u>	<u>345</u>	<u>636</u>	<u>275</u>
Despesa operacional	<u><u>(110.659)</u></u>	<u><u>(84.067)</u></u>	<u><u>(213.304)</u></u>	<u><u>(157.171)</u></u>

27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Receitas

	Controladora		Controladora	
	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.11	30.06.10	30.06.11	30.06.10
Receita de bens alienados	27	498	497	843
Outras receitas operacionais	357	502	669	850
	<u>384</u>	<u>1.000</u>	<u>1.166</u>	<u>1.693</u>
	Consolidado		Consolidado	
	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.11	30.06.10	30.06.11	30.06.10
Receita de bens alienados	29	351	616	702
Outras receitas operacionais	378	674	695	1.112
	<u>407</u>	<u>1.025</u>	<u>1.311</u>	<u>1.814</u>

Despesas

	Controladora		Controladora	
	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.11	30.06.10	30.06.11	30.06.10
Custo dos Bens sinistrados e alienados	(63)	(527)	(229)	(1.373)
Outras despesas operacionais	(167)	(153)	(348)	(362)
	(230)	(680)	(577)	(1.735)

	Consolidado		Consolidado	
	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.11	30.06.10	30.06.11	30.06.10
Custo dos Bens sinistrados e alienados	(63)	(539)	(316)	(1.257)
Outras despesas operacionais	(145)	(141)	(359)	(282)
	(208)	(680)	(675)	(1.539)

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da taxa efetiva dos impostos:

	Controladora		Controladora	
	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.11	30.06.10	30.06.11	30.06.10
Resultado antes dos impostos	815	5.650	5.310	14.579
Alíquota Básica	34%	34%	34%	34%
Crédito (débito) tributário à alíquota básica	(277)	(1.921)	(1.805)	(4.957)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	2.482	2.149	3.618	4.394
Outras diferenças permanentes	(17)	(525)	(85)	(451)
	<u>2.188</u>	<u>(297)</u>	<u>1.728</u>	<u>(1.014)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(703)	(14)	(1.390)	(455)
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.891	(283)	3.118	(559)

	Consolidado		Consolidado	
	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.11	30.06.10	30.06.11	30.06.10
Resultado antes dos impostos	1.531	5.864	6.555	14.996
Alíquota Básica	34%	34%	34%	34%
Crédito (débito) tributário à alíquota básica	(521)	(1.994)	(2.229)	(5.099)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
RTT - Ajustes do regime tributário de transição	-	-	-	75
Controladas tributadas pelo lucro presumido	2.482	2.149	3.618	4.394
Outras diferenças permanentes	(471)	(666)	(888)	(800)
	<u>1.490</u>	<u>(511)</u>	<u>502</u>	<u>(1.430)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(950)	(144)	(2.311)	(705)
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.440	(367)	2.813	(725)

29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Controladora	
	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.11	30.06.10	30.06.11	30.06.10
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	774	651	1.677	747
Juros	199	270	427	540
Descontos obtidos	16	38	78	47
	<u>989</u>	<u>959</u>	<u>2.182</u>	<u>1.334</u>
Variação cambial				
Variação cambial ativa	4.303	7.410	7.177	17.130
Variação cambial ativa - derivativos a valor justo	1.796	-	3.174	-
Variação cambial passiva	(1.235)	(8.507)	(2.310)	(21.963)
Variação cambial passiva - derivativos a valor justo	(481)	(4.786)	(1.350)	(4.786)
Variação cambial líquida	<u>4.383</u>	<u>(5.883)</u>	<u>6.691</u>	<u>(9.619)</u>
Despesas financeiras				
Juros	(11.714)	(11.335)	(23.160)	(19.835)
Descontos concedidos	(71)	(54)	(107)	(81)
Deságios/despesas bancárias	(341)	(164)	(341)	(805)
Outros	(112)	(195)	(377)	(312)
	<u>(12.238)</u>	<u>(11.748)</u>	<u>(23.985)</u>	<u>(21.033)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(6.866)</u>	<u>(16.672)</u>	<u>(15.112)</u>	<u>(29.318)</u>

	Consolidado		Consolidado	
	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.11	30.06.10	30.06.11	30.06.10
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	774	651	1.677	747
Juros	259	270	2.669	540
Descontos obtidos	16	46	78	55
	<u>1.049</u>	<u>967</u>	<u>4.424</u>	<u>1.342</u>
Variação cambial				
Variação cambial ativa	4.303	7.410	7.177	17.130
Variação cambial ativa - derivativos a valor justo	1.796	-	3.174	-
Variação cambial passiva	(1.235)	(8.507)	(2.310)	(21.963)
Variação cambial passiva - derivativos a valor justo	(481)	(4.786)	(1.350)	(4.786)
Variação cambial líquida	<u>4.383</u>	<u>(5.883)</u>	<u>6.691</u>	<u>(9.619)</u>
Despesas financeiras				
Juros	(11.004)	(11.411)	(22.756)	(20.039)
Descontos concedidos	(73)	(169)	(107)	(321)
Deságios/despesas bancárias	(368)	(165)	(372)	(810)
Outros	(113)	(200)	(1.942)	(320)
	<u>(11.558)</u>	<u>(11.945)</u>	<u>(25.177)</u>	<u>(21.490)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(6.126)</u>	<u>(16.861)</u>	<u>(14.062)</u>	<u>(29.767)</u>

30. SEGUROS

A Companhia adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros para cobertura de sinistros diversos. A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros (suficiência do seguro não revisado pelos auditores independentes). Em 30 de junho de 2011, a cobertura está assim demonstrada:

Dados Controladora e Consolidado:

<u>Cobertura</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância Segurada</u>
Seguro Empresarial, grupo de usinas, coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval.	21/10/10 a 20/10/11	R\$ 5.329
Seguro Empresarial, grupo escritórios e pousada, coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval.	09/10/10 a 08/10/11	R\$ 1.900
Seguro Industrial, grupo fábricas, coberturas de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, vendaval/fumaça.	12/11/10 a 11/11/11	R\$ 237.970
Seguro Responsabilidade Civil Geral, abrangente para todas as unidades, coberturas de responsabilidade civil e danos morais.	28/09/10 a 27/09/11	R\$ 10.000
Seguro Responsabilidade Civil de Administradores.	04/11/10 a 03/11/11	R\$ 10.000
Seguro Residencial e Empresarial, vila residencial e dependências comerciais, coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval.	29/09/10 a 28/09/11	R\$ 13.060
Seguro de vida em grupo - colaboradores - 24 ou 48 vezes o salário nominal, se por morte natural ou acidental, respectivamente.	02/12/10 a 01/12/11	valor da cobertura é limitado ao mínimo de R\$ 10 e máximo de R\$ 500
Seguro frota de veículos, danos materiais, corporais e morais.	15/08/10 a 14/08/11	Veículos a valor de mercado e coberturas adicionais de R\$ 370 por veículo.

Em relação às florestas, a Companhia avaliou os riscos existentes e concluiu pela não contratação de seguros, face às medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos florestais que tem se mostrado eficientes. A Administração avalia que o gerenciamento dos riscos relacionados as atividades florestais, é adequado para a continuidade operacional da atividade na Companhia.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Tendo como objetivo estabelecer regras para a gestão financeira da Companhia, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de outubro de 2010, a Política de Gestão Financeira, a qual normatiza e estabelece diretrizes para a utilização dos instrumentos financeiros.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros. A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia tem como objetivo minimizar riscos financeiros inerentes as suas operações, bem como garantir a eficiência na gestão dos seus ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos em vigência foram contratados com o objetivo de proteger as obrigações decorrentes de empréstimos tomados em moeda estrangeira ou as exportações da Companhia e foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Risco de exposição cambial

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2010 e 30 de junho de 2011, essas operações apresentam exposição passiva líquida conforme o quadro abaixo.

A exposição cambial total líquida em moeda estrangeira é equivalente a 22 meses das exportações para o ano de 2010 tomando como base a média das exportações realizadas no ano 2010, e 18 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no 1º semestre de 2011. Como o maior valor dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira tem sua exigibilidade no longo prazo, a Companhia entende que gerará fluxo de caixa em moeda estrangeira suficiente para quitação de seu passivo de longo prazo em moeda estrangeira.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10
Contas a receber	4.779	2.895	4.830	2.949
Créditos de carbono a receber	6.551	5.789	6.551	5.789
Bancos conta vinculada	7.545	10.484	7.545	10.484
Adiantamento de clientes	(502)	(325)	(865)	(207)
Fornecedores	(1.019)	(661)	(1.019)	(661)
Empréstimos e financiamentos	(81.756)	(99.841)	(81.756)	(99.841)
Instrumentos financeiros derivativos	(25.004)	(25.006)	(25.004)	(25.006)
Exposição líquida	<u>(89.406)</u>	<u>(106.665)</u>	<u>(89.718)</u>	<u>(106.493)</u>

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolvemos uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da empresa, conforme descrito abaixo:

1 – Cenário base: manutenção da taxa de câmbio, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração destas demonstrações.

2- Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 30 de junho de 2011.

3 – Cenário Remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 30 de junho de 2011.

Operação	Saldo 30.06.11 U\$\$	Cenário base Ganho (perda)		Cenário adverso Ganho (perda)		Cenário remoto Ganho (perda)	
		Taxa	R\$	Taxa	R\$	Taxa	R\$
Ativos							
Contas a receber	12.123	1,57	143	1,97	4.910	2,36	9.678
Passivos							
Contas a pagar	(1.207)	1,57	(14)	1,97	(489)	2,36	(963)
Empréstimos e financiamentos	(52.371)	1,57	(618)	1,97	(21.211)	2,36	(41.805)
Instrumentos financeiros derivativos	(16.017)	1,57	(189)	1,97	(6.487)	2,36	(12.785)
Efeito líquido			<u>(678)</u>		<u>(23.277)</u>		<u>(45.876)</u>

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 30.06.2011 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida e dos instrumentos derivativos respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de empréstimos e financiamentos e de instrumentos derivativos expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos anuais equivalentes aos recebimentos provenientes das suas exportações. Desta forma a Companhia busca proteger seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, deverão gerar impacto mais de aspecto econômico no seu resultado.

Risco de taxas de juros

A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, a mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC, TR (Taxa de Referência), EURIBOR (Euro Interbank Offered Rate), LIBOR (London

Interbank Offered Rate) ou IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenários remoto, sobre os contratos de empréstimos e financiamentos que tem base de juros indexados esta representada na tabela abaixo:

Operação	Indexador	Saldo 30.06.11	Cenário base		Cenário adverso		Cenário remoto	
			Taxa %	Ganho (perda) R\$	Taxa %	Ganho (perda) R\$	Taxa %	Ganho (perda) R\$
Aplicações financeiras e créditos vinculados								
CDB	CDI	90.377	12,16%	(101)	15,20%	(2.903)	18,24%	(5.705)
Financiamentos								
Capital de giro	CDI	81.022	12,16%	91	15,20%	2.600	18,24%	5.110
Debêntures	CDI	104.305	12,16%	115	15,20%	3.286	18,24%	6.456
Capital de giro	TR	14.431	0,12%	2	0,15%	6	0,18%	11
Finames	TJLP	19.705	6,00%	-	7,50%	296	9,00%	591
Capital de giro	IPCA	90.345	6,55%	-	8,19%	1.479	9,83%	2.959
Financiamento Moeda Estrangeira	Libor	4.265	0,42%	1	0,53%	5	0,63%	10
Financiamento Moeda Estrangeira	Euribor	7.101	1,81%	2	2,27%	34	2,72%	66
Efeito líquido				108		4.803		9.497

Riscos de crédito

As vendas financiadas da Companhia são administradas através de política de qualificação e concessão de crédito. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende caixa, aplicações financeiras, fluxo de contas a receber e a pagar e pagamento de empréstimos e financiamentos. A política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas principais moedas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações de derivativos são classificadas por estratégias de acordo com o seu objetivo. São operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia ou suas exportações e importações contra as variações de câmbio, ou para troca de taxa de juros. Os instrumentos financeiros foram designados no reconhecimento inicial, classificados como empréstimos e seus resultados são mensurados pelo seu valor justo, ou pelo custo amortizado, conforme o caso, e reconhecidos, na data de cada balanço, no resultado financeiro.

A Companhia mantém controles internos que a Administração julga suficientes para a gestão dos riscos. Mensalmente a diretoria analisa relatórios referentes ao custo financeiro da sua

dívida e as informações do Fluxo de Caixa em Moeda Forte que contempla os recebimentos e pagamentos da Companhia em moeda estrangeira e avalia a necessidade de contratação de alguma proteção. Os resultados alcançados por esta forma de gerenciamento têm protegido o seu fluxo de caixa das variações do câmbio.

a) Instrumentos financeiros derivativos reconhecidos pelo valor justo

Em 30 de junho de 2011, os montantes contratados destes instrumentos e os seus respectivos valores justos, assim como os efeitos acumulados no período, estão demonstrados na tabela abaixo:

Finalidade / Risco / Instrumento	30.06.2011		31.12.2010	
	Valor nocional	Valor justo (1)	Valor nocional	Valor justo (1)
Instrumento financeiro de valor justo				
Moeda Estrangeira Swaps	29.300	(720)	29.300	(2.534)
Total derivativos	29.300	(720)	29.300	(2.534)

(1) Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados pelo seu valor justo, por meio de utilização de projeções futuras do dólar da BM&F Bovespa nas datas de apuração. No caso de swaps, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimados de forma independente e trazidas a valor presente por uma taxa de juros de mercado, onde a diferença do resultado entre as pontas gera o seu valor de mercado.

Esses instrumentos, em 30 de junho de 2011, apresentavam as seguintes faixas de vencimentos de Valor Justo e Valor Nocional por instrumento:

Finalidade / Risco / Instrumento						
	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Instrumento financeiro de valor justo						
Moeda Estrangeira - valor justo Swaps	462	(31)	(332)	(507)	(312)	(720)
Instrumento financeiro de valor justo						
Moeda Estrangeira - valor nocional Swaps	3.663	7.325	7.325	7.325	3.662	29.300

Parte desses instrumentos financeiros de contratos de Swaps estão atrelados à aplicação financeira vinculada, conforme nota explicativa 9.

b) Instrumentos financeiros derivativos parte de um instrumento financeiro sintético reconhecidos por custo amortizado

Em 30 de maio de 2011, a Companhia contratou operação de Swap de Fluxo de Caixa com Banco Credit Suisse, com objetivo de modificar a remuneração e riscos associados a taxa de juros de operação já existente entre as partes em contrato de PPE – Pré Pagamento de

Exportação, de 16 de fevereiro de 2007. O valor de referência atribuído na data de contratação é de R\$ 70.374 (equivalente a USD 44.544 mil na data da transação), diminuindo conforme ocorrem os vencimentos das parcelas previstas no contrato a ele atrelado até o seu vencimento final em agosto de 2015.

Essa operação de *swap*, tem o objetivo de ajustar o preço da operação a ela atrelada e seus vencimentos se dão simultaneamente às operações originais. O contrato de *swap* não é negociável separadamente. O contrato de PPE – Pré Pagamento de Exportação passa a ser remunerado por taxa de juros acrescidos da variação do CDI e os juros devidos não estão mais expostos a variação cambial. Considerando as características deste contrato em conjunto com o contrato de PPE, a Companhia está considerando os dois instrumentos como um único instrumento e mantendo-os mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Estes juros estão incluídos na análise de sensibilidade de taxas de juros exposta nesta mesma nota explicativa em riscos de taxa de juros.

A aprovação para realizar a operação foi dada pelo Conselho de Administração da Companhia nesta mesma data.

32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia segmentou a sua estrutura operacional seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio, e ainda, segundo os critérios de segmentação estabelecidos pelo CPC 22 (IFRS 8) – Informação por Segmento.

A Administração definiu como segmentos operacionais: papel; embalagem; florestal e resinas; e móveis, conforme segue abaixo descrito:

Segmento Papel: produz papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e papéis reciclados, destinados ao mercado externo e interno, além de direcionar parte da produção para o Segmento Embalagem PO.

Segmento Embalagem PO: este segmento produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e conta com duas unidades produtivas, uma junto a fábrica de papel do segmento papel em Vargem Bonita, SC, e outra em Indaiatuba, SP.

Segmento Florestal RS e Resinas: através deste segmento, a Companhia cultiva Pinus para o próprio fomento, para a coleta de resinas que serve de matéria prima para a produção de breu e terebentina e, também, comercializa madeiras na forma de toretes e toras.

Segmento Móveis: este segmento comercializa móveis para o mercado nacional atendido com vendas exclusivamente pela internet, através da controlada Meu Móvel de Madeira.. Os produtos comercializados atendem a todos os ambientes das residências.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Consolidado					Total
	Papel	Embalagem P.O	Florestal RS e Resinas	Móveis	Corporativo/ eliminações	
Período de 3 meses findos em 30.06.11						
Vendas líquidas:						
Mercado interno	26.799	69.524	5.139	2.248	-	103.709
Mercado externo	7.454	-	7.153	-	-	14.607
Receita de vendas para terceiros	34.253	69.524	12.292	2.248	-	118.316
Receitas entre segmentos	3.389	33	-	-	(3.423)	-
Vendas líquidas totais	37.642	69.557	12.292	2.248	(3.423)	118.316
Variação valor justo ativo biológico	(4.947)	-	3.723	-	-	(1.224)
Custo dos produtos vendidos	(28.493)	(54.259)	(9.587)	(1.180)	3.423	(90.096)
Lucro bruto	4.202	15.299	6.428	1.067	-	26.996
Despesas operacionais	(2.528)	(7.354)	(564)	(1.146)	(7.747)	(19.339)
Resultado operacional antes do Resultado financeiro	1.674	7.945	5.864	(79)	(7.747)	7.657
Resultado financeiro	(4.174)	(2.539)	300	(2)	289	(6.126)
Resultado operacional líquido	(2.500)	5.406	6.164	(81)	(7.458)	1.531
Ativo Total	674.775	155.533	129.814	4.904	224.477	1.189.502
Passivo Total	264.053	55.329	14.005	3.435	379.825	716.647
Patrimônio Líquido	293.672	-	96.912	1.469	80.802	472.855
Período de 6 meses findos em 30.06.11						
	Papel	Embalagem P.O	Florestal RS e Resinas	Móveis	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:						
Mercado interno	50.339	139.168	9.873	4.431	-	203.811
Mercado externo	17.720	-	12.390	-	-	30.110
Receita de vendas para terceiros	68.058	139.168	22.263	4.431	-	233.921
Receitas entre segmentos	9.833	133	-	-	(9.967)	-
Vendas líquidas totais	77.892	139.302	22.263	4.431	(9.967)	233.921
Variação valor justo At Biológico	(4.947)	-	3.723	-	-	(1.224)
Custo dos produtos vendidos	(54.895)	(110.504)	(16.099)	(2.300)	9.660	(174.137)
Lucro bruto	18.049	28.798	9.887	2.131	(309)	58.560
Despesas operacionais	(5.087)	(14.633)	(1.542)	(2.141)	(14.539)	(37.942)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	12.962	14.166	8.345	(10)	(14.848)	20.617
Resultado Financeiro	(8.909)	(6.064)	302	(5)	614	(14.062)
Resultado Operacional Líquido	4.054	8.101	8.647	(15)	(14.234)	6.555
Ativo Total	674.775	155.533	129.814	4.904	224.477	1.189.502
Passivo Total	264.053	55.329	14.005	3.435	379.825	716.647
Patrimônio Líquido	293.672	-	96.912	1.469	80.802	472.855

Consolidado						
Período de 3 meses findos em 30.06.10						
	Papel	Embalagem P.O	Florestal RS e Resinas	Móveis	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:						
Mercado interno	24.777	64.975	4.238	1.223		95.213
Mercado externo	7.409		4.170	-		11.579
Receita de vendas para terceiros	32.186	64.975	8.408	1.223		106.792
Receitas entre segmentos	5.293	158		-	(5.451)	-
Vendas líquidas totais	37.479	65.133	8.408	1.223	(5.451)	106.792
Variação valor justo At Biológico	11.267	-	3.190	-	-	14.457
Custo dos produtos vendidos	(30.976)	(45.857)	(6.458)	(680)	5.633	(78.338)
Lucro bruto	17.770	19.276	5.140	543	182	42.911
Despesas operacionais	(4.244)	(8.966)	(1.045)	(428)	(5.503)	(20.186)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	13.526	10.310	4.095	115	(5.321)	22.725
Resultado Financeiro	(9.888)	(6.643)	(251)	(79)	-	(16.861)
Resultado Operacional Líquido	3.638	3.667	3.844	36	(5.321)	5.864
Ativo Total	658.474	166.133	124.660	4.337	160.654	1.114.258
Passivo Total	287.333	61.732	14.046	2.607	294.283	660.001
Patrimônio Líquido	277.523	-	116.652	1.465	58.616	454.257

Consolidado						
Período de 6 meses findos em 30.06.10						
	Papel	Embalagem P.O	Florestal RS e Resinas	Móveis	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:						
Mercado interno	48.118	119.110	8.168	1.664	-	177.060
Mercado externo	15.485	-	9.389	-		24.874
Receita de vendas para terceiros	63.603	119.110	17.557	1.664	-	201.934
Receitas entre segmentos	9.256	564	-	-	(9.820)	-
Vendas líquidas totais	72.859	119.674	17.557	1.664	(9.820)	201.934
Variação valor justo At Biológico	22.470	-	6.532	-	-	29.002
Custo dos produtos vendidos	(58.204)	(84.440)	(12.784)	(636)	9.274	(146.790)
Lucro bruto	37.125	35.234	11.305	1.028	(546)	84.146
Despesas operacionais	(9.145)	(17.914)	(1.783)	(789)	(9.753)	(39.384)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	27.980	17.320	9.522	239	(10.299)	44.762
Resultado Financeiro	(15.486)	(13.533)	(557)	(204)	14	(29.766)
Resultado Operacional Líquido	12.494	3.787	8.965	35	(10.285)	14.996
Ativo Total	658.474	166.133	124.660	4.337	160.654	1.114.258
Passivo Total	287.333	61.732	14.046	2.607	294.283	660.001
Patrimônio Líquido	277.523	-	116.652	1.465	58.616	454.257

O saldo na coluna Corporativo/eliminações envolve substancialmente despesas da unidade corporativa não rateada aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos, as quais são realizadas a preços e condições usuais de mercado.

As informações referentes ao resultado financeiro foram distribuídas por segmento operacional levando-se em consideração a alocação específica de cada receita e despesa financeira ao seu segmento, e a distribuição das despesas e receitas comuns à Companhia pela NCG – Necessidade de Capital de Giro de cada segmento.

As informações de imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada.

c) Receitas líquidas de vendas

As receitas líquidas de vendas em 30.06.2011 totalizaram R\$ 118.316 (R\$ 106.792 em 30.06.2010).

A receita líquida de vendas para o mercado externo em 30.06.2011 totalizou R\$ 14.607 (R\$ 11.579 em 30.06.2010), distribuída por diversos países, conforme composição abaixo:

Consolidado			Consolidado		
Período de 3 meses findos em 30.06.11			Período de 3 meses findos em 30.06.10		
País	Rec. Líquida Exportação	% na Receita Líquida Total	País	Rec. Líquida Exportação	% na Receita Líquida Total
Holanda	4.979	4,21%	Holanda	2.541	2,38%
Argentina	2.124	1,80%	Argentina	2.043	1,91%
Arábia Saudita	2.080	1,76%	Arábia Saudita	1.410	1,32%
França	1.776	1,50%	França	1.026	0,96%
Paraguai	592	0,50%	Chile	818	0,77%
Chile	569	0,48%	Peru	612	0,57%
África do Sul	553	0,47%	Paraguai	546	0,51%
Peru	393	0,33%	Noruega	491	0,46%
Bolívia	318	0,27%	África do Sul	420	0,39%
Espanha	211	0,18%	Alemanha	386	0,36%
Estados Unidos	205	0,17%	Uruguai	298	0,28%
Alemanha	163	0,14%	Bolívia	182	0,17%
Venezuela	126	0,11%	Venezuela	155	0,14%
Colombia	125	0,11%	Espanha	119	0,11%
Noruega	69	0,06%	Estados Unidos	95	0,09%
Coreia	30	0,03%	Colombia	40	0,04%
Outros países	294	0,25%	Outros países	396	0,37%
	<u>14.607</u>	<u>12,35%</u>		<u>11.579</u>	<u>10,84%</u>

Consolidado		
Períodos de 6 meses findos em 30.06.11		
País	Rec. Líquida Exportação	% na Receita Líquida Total
Holanda	9.029	3,86%
Argentina	4.837	2,07%
Arábia Saudita	4.293	1,84%
França	2.584	1,10%
Paraguai	1.736	0,74%
Chile	1.242	0,53%
Alemanha	1.041	0,44%
Peru	891	0,38%
África do Sul	862	0,37%
Bolívia	561	0,24%
Coreia	532	0,23%
Espanha	431	0,18%
Estados Unidos	366	0,16%
Noruega	360	0,15%
Venezuela	339	0,14%
Colombia	243	0,10%
Paquistão	141	0,06%
Outros países	622	0,27%
	<u>30.110</u>	<u>12,87%</u>

Consolidado		
Períodos de 6 meses findos em 30.06.10		
País	Rec. Líquida Exportação	% na Receita Líquida Total
Holanda	5.058	2,50%
Argentina	4.094	2,03%
Arábia Saudita	3.039	1,51%
França	2.394	1,19%
Chile	1.526	0,76%
Peru	1.304	0,65%
Paraguai	1.176	0,58%
África do Sul	912	0,45%
Estados Unidos	879	0,44%
Noruega	866	0,43%
Alemanha	579	0,29%
Espanha	485	0,24%
Bolívia	484	0,24%
Uruguai	405	0,20%
Venezuela	310	0,15%
Colombia	222	0,11%
Austria	111	0,05%
Outros países	1.030	0,51%
	<u>24.874</u>	<u>12,32%</u>

As receitas líquidas de vendas da Companhia em 30.06.11 no mercado interno representaram R\$ 103.709 (R\$ 95.213 em 30.06.10).

No segundo trimestre de 2011, um único cliente representava mais de 10% das vendas deste mercado no segmento Embalagem PO, com uma participação de 10,6% das receitas líquidas equivalente a R\$ 7.400. As demais vendas da Companhia no mercado interno e externo são pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum outro cliente.

33. OPERAÇÃO DESCONTINUADA

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de Setembro de 2010, aprovou o encerramento das atividades de fabricação de móveis em sua unidade própria localizada em Rio Negrinho/SC, bem como autorizou a diretoria a alienar seus ativos. As operações foram efetivamente encerradas em Outubro de 2010, entretanto a Companhia manterá sua estratégia de venda de móveis no mercado interno através de sua controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda. Em 30 de junho de 2011 e 2010, os resultados da operação descontinuada estão apresentados conforme segue:

Resultado de operação descontinuada

	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 6 meses findos em	
	30.06.11	30.06.10	30.06.11	30.06.10
Receita líquida	207	2.673	134	5.881
Custo dos produtos vendidos	(177)	(3.115)	(188)	(6.760)
Prejuízo (lucro) bruto	30	(442)	(54)	(879)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(335)	(630)	(596)	(1.267)
Resultado financeiro	(57)	(221)	(140)	(900)
Outras receitas e despesas operacionais	28	13	361	(17)
Prejuízo operacional antes dos efeitos tributários	(334)	(1.280)	(429)	(3.063)
Imposto de renda e contribuição social	114	435	145	1.041
Prejuízo líquido de operação descontinuada	(220)	(845)	(284)	(2.022)

O Resultado financeiro de operações descontinuadas é formado principalmente por receitas e despesas comuns as demais unidades da Companhia, e que são distribuídos para cada segmento pela NCG – Necessidade de Capital de Giro.

34. CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS DE UNIDADES PRODUTIVAS

Em 30 de junho de 2011, a Companhia possui 2 contratos de aluguel de unidades produtivas, além de outros pequenos contratos de aluguel de unidades comerciais e administrativas, todos classificados como arrendamento mercantil operacional, e alocados para despesa em cada exercício pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

Os contratos de aluguel de unidades produtivas estão representados conforme segue:

- Contrato de locação firmado em 20 de outubro de 2009 e aditado em 24 de março de 2010 com a controlada Irani Trading S.A, que é proprietária de imóvel industrial localizado em Vargem Bonita, SC. O contrato tem prazo de 64 meses da emissão do termo de início que se deu em 01 de janeiro de 2010 e seu valor locatício é de R\$ 1.364 mensais fixos.
- Contrato de locação firmado em 26 de dezembro de 2006, referente aluguel da unidade Embalagem em Indaiatuba, SP, com vigência de 20 anos e valor mensal contratado de R\$ 125, reajustado anualmente pela variação do IGPM.

Os valores de alugueis reconhecidos como despesa no segundo trimestre de 2011 e 2010 pela controladora, líquidos de impostos quando aplicáveis são:

- Aluguéis de unidades produtivas = R\$ 4.543 (R\$ 4.497 em 2T10)
- Aluguéis de unidades comerciais e administrativas = R\$ 79 (R\$ 72 em 2T10)

Os compromissos futuros oriundos desses contratos, calculados a valor de 30 de junho de 2011 totalizam um montante mínimo de R\$ 91.550.

	<u>até um ano</u>	<u>depois de um ano até cinco anos</u>	<u>depois de cinco anos</u>	<u>Total</u>
Aluguéis mínimos futuros	18.320	54.180	19.050	91.550

35. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A Companhia realizou transações que não afetam o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa.

Durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2011, a Companhia efetuou a aquisição de ativo imobilizado no montante de R\$ 5.303, incluídas como imobilizado as quais foram financiadas diretamente por fornecedores e também recebeu dividendos no montante de R\$ 16.570 através de mútuo e abatimento de outras contas a pagar.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 25 de julho de 2011, foi firmado Instrumento Particular de Distrato para cancelar operação de “Swap de Fluxo de Caixa” com valor nocional de R\$ 25.000. Em virtude deste distrato, a Companhia desembolsou o valor de R\$ 515, sendo que em 30 de junho de 2011 o mesmo estava avaliado a valor justo no montante de R\$ 381 conforme demonstrado na nota explicativa 31. Esta operação diminuiu a exposição cambial existente nesta data.